



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Curso de graduação possui sua matriz curricular pautada na Resolução nº 10, CNE/CES, de 27 de junho de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual. Além dessa Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Audiovisual foi concebido de acordo com as legislações descritas a seguir:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;



- Portaria nº 1.428, MEC, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior (IES), de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial;
- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução nº 2, CNE/ Câmara de Educação superior (CES), de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
- Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- Resolução nº 10, CNE/ Câmara de Educação Superior (CES), de 27 de junho de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências;
- Resolução nº 35, Conselho Universitário (Coun), de 13 de maio de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 93, Coun, de 5 de dezembro de 2014, que altera o art. 39 da Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011;
- Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO



### 3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620 a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), instituiu departamentos e criou o Curso de Medicina. No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande, ainda no Estado de Mato Grosso (MT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), em 1977, foi realizada a federalização da instituição, que passou a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com sede em Campo Grande, capital do Estado de MS. O Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá/MT, de acordo com ato do Conselho Diretor nº 5 de 9 de janeiro de 1980. Em 2001, foram implantados os Câmpus em Coxim/MS (CPCX), e em Paranaíba/MS (CPAR), ambos pela Portaria nº 403 de 12 de setembro de 2001. A Resolução do Conselho Universitário (COUN) nº 55 de 30 de agosto de 2004, que aprovou o Regimento Geral da UFMS, previu novas unidades setoriais acadêmicas nas cidades de Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

Em 2005, foram implantados os Câmpus em Chapadão do Sul/MS (CPCS), pela Resolução COUN nº 59 de 12 de dezembro de 2005, e em Nova Andradina/MS (CPNA), conforme a Resolução COUN nº 64 de 12 de dezembro de 2005. De acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, o Câmpus em Dourados/MS (CPDO) foi desmembrado da UFMS e transformado na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo a sua implantação em 1º de janeiro de 2006.

Em 19 de setembro de 2005, o Câmpus em Corumbá/MS (CPCO) passou a se chamar Câmpus do Pantanal (CPAN). Ainda, naquele ano, foram implantadas na Cidade Universitária, Campo Grande, a Faculdade de Medicina (FAMED), pela Resolução COUN nº 27 de 19 de setembro de 2005; a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), conforme a Resolução COUN nº 40 de 26 de outubro de 2005; e a Faculdade de Odontologia (FAODO), pela Resolução COUN nº 39 de 26 de outubro de 2005.

Em 2007, conforme Resolução COUN nº 60 de 24 de outubro de 2007, foi aprovada a proposta de participação da UFMS no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Em decorrência desta adesão, a UFMS ampliou a oferta de cursos de graduação a partir do ano letivo de 2009 em três novos Câmpus: Bonito (CPBO), implantado pela Resolução COUN nº 90 de 28 de outubro de 2008; Naviraí (CPNV) e de Ponta Porã (CPPP), implantados, respectivamente, pelas Resoluções COUN nº 89 e nº 88, ambas de 28 de outubro de 2008; na Cidade Universitária com a Faculdade de Direito (FADIR), Resolução COUN nº 99 de 10 de novembro de 2008, e a Faculdade de Computação (FACOM), segundo a Resolução COUN nº 44 de 21 de agosto de 2009.

Em 2013, foram criados, pela Resolução COUN nº 25 de 16 de abril de 2013, o Instituto de Física (INFI), o Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), bem como a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), em razão da reestruturação e respectiva



desativação do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET). No ano de 2014, foi criada a Escola de Administração e Negócios (ESAN), Resolução COUN nº 96 de 05 de dezembro de 2014.

Em 2017, com a Resolução COUN nº 18 de 21 de março de 2017, foram criados o Instituto de Biociências (INBIO) e o Instituto Integrado de Saúde (INISA), bem como a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN); a Faculdade de Ciências Humanas (FACH); a Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), mediante a extinção dos Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e o do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Em 2019, a Resolução do COUN nº 50 de 27 de março, aprovou a extinção do Campus de Bonito.

A UFMS possui cursos de graduação e de pós-graduação, presenciais e a distância, nas vinte e cinco unidades acadêmicas setoriais, sendo dezesseis na Cidade Universitária e nove Câmpus nos municípios de Aquidauana (CPAQ); Chapadão do Sul (CPCS); Corumbá, o Câmpus do Pantanal (CPAN); Coxim (CPCX); Naviraí (CPNV); Nova Andradina (CPNA); Paranaíba (CPAR); Ponta Porã (CPPP); e Três Lagoas (CPTL), além de atender a EaD em polos nos diversos municípios do Estado.

Outras unidades integram a estrutura da UFMS como a Base de Estudos do Pantanal e de Bonito, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, a Pantanal Incubadora Mista de Empresas, o Museu de Arqueologia, a Coleção Zoológica, o Biotério, os Herbários, a Micoteca, as Clínicas-escola de Psicologia, as Farmácias-escola, a Clínica de Odontologia, os Escritórios Modelo de Assistência Judiciária, os complexos culturais e poliesportivos (Estádio Esportivo Pedro Pedrossian, Teatro Glaucê Rocha, dentre outros), com a finalidade de apoiar às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo e comunicação e possibilitar o desenvolvimento de atividades técnica, cultural desportiva e recreativa, além de oferecer laboratórios que servem de suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura organizacional da UFMS compreende os Conselhos Superiores quais sejam, Conselho Universitário (COUN), Conselho Diretor (CD), Conselho de Extensão, Cultura e Esportes (COEX) e o Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPP); as unidades da Administração Central (Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias); as Unidades da Administração Setorial (Câmpus, Faculdades, Institutos e Escola); e as Unidades Suplementares (Agências).

Destaca-se que a estrutura organizacional da UFMS foi reorganizada para melhorar a identidade e o diálogo institucional; aprimorar os procedimentos educacionais, científicos e administrativos simplificando canais e dando mais agilidade aos processos. Dessa forma, a estrutura tem se mostrado mais eficaz e apropriada, pois permite que seja dada mais atenção aos estudantes, tanto da Cidade Universitária quanto dos Câmpus.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Para concretizar sua missão e seus objetivos, a UFMS atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, firmando-se como instituição que interage na busca de soluções para o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul e da sociedade brasileira.

Assim, sua atuação abrange as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. Em busca do atendimento de sua missão, a UFMS propicia e disponibiliza ao ser humano, por meio dos cursos de graduação e de pós-graduação, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, com respeito a diversidade em um ambiente inclusivo.



### 3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

A Faculdade de Letras, Artes e Comunicação (Faalc) foi criada através da Resolução nº 26, Coun, de 21 de março de 2017, publicada em 27 de março de 2017, resultado do processo de reestruturação do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

O CCHS foi extinto a partir de 27 de março de 2017 conforme Resolução nº 18, Coun, de 21 de março de 2017, publicada em 27 de março de 2017 e deu origem a três Faculdades: a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Educação (Faed) e a Faculdade de Ciências Humanas (Fach).

A Instrução de Serviço nº 242, de 5 de junho de 2014, criou a comissão da qual sairia a primeira proposta de criação da Faalc, cujo relatório foi apresentado em setembro de 2014. No final do ano de 2016, os trabalhos foram retomados, nova comissão foi instalada pela Instrução de Serviço nº 11, de 26 de janeiro de 2017, e seu relatório aprovado, sendo, então, criada a Faalc pela Resolução/Coun nº 26 de 21 de março de 2017.

A Faalc tem os seguintes cursos de graduação presenciais: Artes Visuais – Bacharelado; Artes Visuais – Licenciatura; Curso de Letras-Licenciatura- Português e Inglês; Curso de Letras – Licenciatura – Português e Espanhol; Música – Licenciatura; Jornalismo – Bacharelado. A Faalc possui também um curso EaD: Letras – Licenciatura – Português e Espanhol e, ainda, dois cursos de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens.

A Faalc conta com um quadro docente de sessenta e seis professores e vinte e quatro técnicos-administrativos, incluindo os técnicos dos Laboratórios dos cursos de Artes, Música e Jornalismo.

### 3.3. HISTÓRICO DO CURSO

O desenvolvimento do Curso de Audiovisual da UFMS possui relação intrínseca com uma demanda social crescente nas últimas décadas em Mato Grosso do Sul – seja numa perspectiva acadêmica ou mercadológica.

Mostra-se pertinente mencionar que a UFMS possui ao longo de sua trajetória uma interface significativa com o terreno do audiovisual. Algumas iniciativas merecem destaque: em 1972, foi inaugurado no interior da Universidade o Auto Cine, um cinema a céu aberto que se tornou um importante ponto de manifestação cultural na porção centro-oeste do país nas décadas de 1970 e 1980. Mesmo com a desativação do cinema em 1989, a UFMS manteve sua estrutura até os dias atuais. O local deverá contemplar a partir de 2019 um espaço de conveniência, cultura e empreendedorismo, com a proposta de voltar a explorar a antiga tela do Auto Cine para exibições audiovisuais. Em dezembro de 1997, a Universidade também colocou no ar a TV Universidade, considerada o primeiro canal universitário a cabo no Brasil, ocupando o Canal 14 – Cabo NET. Atualmente, em processo de migração para a **Internet**, a TV Universidade exibe uma programação de interface entre produções acadêmicas do Curso de Jornalismo e produções institucionais e de divulgação científica da Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (Secom) da UFMS. Em junho de 2016, outra conquista: a implementação da Rádio Educativa UFMS 99.9 FM, uma emissora educativa de sinal aberto mantida exclusivamente pela Universidade. Além disso, o palco do tradicional Teatro Glauce Rocha, principal espaço da dramaturgia sul-matogrossense, também cedeu espaço nas últimas décadas para festivais de audiovisual, frutos de parcerias institucionais ou do movimento cineclubista.

Em um vértice acadêmico, nas últimas décadas o audiovisual também ganhou terreno como objeto de estudo e experimentação nos cursos de graduação e pós-graduação **Strictu Sensu** vinculados à atual Faculdade de Artes, Letras e Comunicação: os em Jornalismo, Artes Visuais, Letras, Música e os Programas de



Pós-Graduação em Comunicação e em Estudos de Linguagens. São produções experimentais nas áreas do telejornalismo e do documentário audiovisual (no Curso de Jornalismo), da fotografia e de vídeo-arte (nos Cursos de Artes Visuais), do texto dramático e roteirização (nos Cursos de Letras), da trilha sonora (no Curso de Música) e da análise fílmica (em monografias, dissertações e teses em todas as áreas da Faalc).

De outra parte, o Curso de Audiovisual da UFMS também se vincula fortemente ao aumento crescente das demandas mercadológicas regionais. Pode-se dizer que o mercado audiovisual brasileiro é composto por três tipos de atores: produtores, distribuidores e exibidores. Atualmente, o espectro de exibição, tradicionalmente preenchido somente pelas salas de cinema e Redes de TV aberta, ampliou-se consideravelmente em função da implantação da TV por assinatura e da internet banda larga. Necessário citar-se que a recente abertura do mercado de televisão paga para as empresas de telefonia (que já possuem sua própria rede digital de difusão) tende a se constituir em um espaço a mais para a inserção de produtos independentes ou de pequenas ou médias produtoras audiovisuais.

Embora a maior parte das empresas produtoras de conteúdos audiovisuais esteja localizada no eixo Rio-São Paulo, região de maior concentração de recursos financeiros destinados ao audiovisual, este novo cenário passou a proporcionar o fomento também da produção audiovisual em outras partes do país, como é o caso de Mato Grosso do Sul. Em termos nacionais, desde 2001 a atividade audiovisual é gerenciada pela Agência Nacional de Cinema que tem função de regulamentação e fiscalização do setor. Recentemente, com a Lei da TV Paga (Lei 12.485/2011, que foi regulamentada em 4 de junho de 2011 pelas Instruções Normativas 100 e 101 da Agência Nacional de Cinema- ANCINE), houve incentivo ao aumento da produção audiovisual brasileira com a obrigação das TVs por assinatura exibirem também conteúdo brasileiro. O aporte de recursos originários de taxas cobradas pela ANCINE, conhecido como Fundo Setorial do Audiovisual, vem estabelecendo novos parâmetros econômicos para o financiamento das atividades audiovisuais brasileiras. Do ponto de vista tecnológico, a chamada “convergência de mídias” tem democratizado a atividade de produção audiovisual através da digitalização do processo de captação, montagem e exibição de filmes, barateando seu custo e permitindo maior disseminação dos produtos audiovisuais.

Nesse contexto, em 13 de dezembro de 2013, a Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul (ACV-MS) encaminhou o ofício nº 22/2013 à Reitoria da UFMS solicitando a implantação de um Curso de Audiovisual na Instituição, contemplando “os requisitos da contemporaneidade tecnológica e mercadológica, a saber: a integração das novas tecnologias digitais midiáticas, os conhecimentos de linguagem acumulados ao longo de mais de 100 anos de existência do cinema, bem como as novas oportunidades propiciadas pelo mercado de games e animações”. A solicitação foi encaminhada à então Direção do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), que instituiu uma comissão provisória pela Instrução de Serviço nº 30, de 19 fevereiro de 2014, como forma de “elaborar proposta de criação do Curso de Audiovisual”. No prazo estabelecido, a comissão desenvolveu um relatório de “Análise e Parecer a respeito de proposta de implantação de Curso de Audiovisual na UFMS”, com “uma visão panorâmica do campo do audiovisual, mas com suficiente aprofundamento para subsidiar as deliberações dos órgãos superiores da UFMS”. No mesmo ano, o Conselho de Centro do Centro de Ciências Humanas e Sociais aprovou o relatório, manifestando-se favoravelmente, por intermédio da Resolução nº 947, de 4 de novembro de 2014, pela “Proposta de Criação do Curso de Cinema e Audiovisual”.

Por uma série de circunstâncias institucionais, uma vez que a implantação de um novo curso de graduação exige investimentos em espaço físico, equipamentos e recursos humanos, a proposta de criação manteve-se arquivada nas instâncias do antigo CCHS. Em 2017, com a criação da Faalc, o anseio da comunidade acadêmica foi reavivado, uma vez que se passou a entender



institucionalmente que o Curso de Audiovisual poderia caracterizar um fio condutor factível entre todas as áreas da Comunicação e da Expressão, ajudando a consolidar a identidade da recém-instaurada Faculdade. Assim, pela Instrução de Serviço nº 64, de 18 de maio de 2018, a Direção da Faalc constituiu, com aval da Administração Central da UFMS, uma nova comissão para realizar a revisão do relatório apresentado em 2014 e propor o Projeto Pedagógico para o Curso de Audiovisual, de forma a considerar a otimização dos espaços físicos, equipamentos e recursos humanos da Instituição.

A primeira turma de alunos tem ingresso previsto para o primeiro semestre de 2019 e contará, para seu funcionamento e ministração de aulas, com professores lotados na Faalc, dos Cursos de Jornalismo, Artes, Letras e Música. O Curso contará, adicionalmente, com mais três docentes a serem contratados a partir de vagas abertas em processo seletivo ( Edital de nº 67 ), duas delas especificamente para Audiovisual e outra para Fotografia, ligada ao Curso de Artes.

#### 4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

##### 4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

No que tange aos aspectos socioeconômicos, Mato Grosso do Sul é responsável por 14,20% do Produto Interno Bruto da Região do Centro-Oeste, sendo o Setor Terciário (60,09%) o principal responsável pela composição econômica do Estado.

Especificamente em Campo Grande, a atividade econômica é movimentada predominantemente por estabelecimentos de prestação de serviços (40,87%), comércio (37,62%), construção civil (7,84%), agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (6,60%) e indústria de transformação (6,40%), fazendo com que o setor terciário se configure na principal fonte de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com 46,60% oriundos do comércio e 38,42% de serviços. O setor secundário é o segundo maior responsável pela arrecadação deste imposto, o que representa 7,75% da arrecadação (CAMPO GRANDE, 2016).

O salário médio mensal é de 3,4 salários mínimos. Com população estimada em 2015 de 853.622 habitantes (IBGE, 2015), ocupando uma área de 8.092,951 km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade é de 0,784, superior ao IDH nacional, que é de 0,699.

Há um total de 367 Escolas Estaduais e 11 Escolas Federais em Mato Grosso do Sul, além de um efetivo de 467 escolas privadas que atendem os diversos níveis de ensino fundamental e médio, na capital há 90 escolas estaduais e 2 federais, o Instituto Federal e a Escola Militar. Campo Grande conta com um efetivo de matrículas nos três anos de ensino médio de 33.491 estudantes. Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2017, havia 81.052 alunos no ensino médio e 21.360 estudantes cursaram o EJA em escolas estaduais. Já as escolas privadas tiveram 8.947 estudantes matriculados nos três anos de ensino médio e 2.934 matriculados no EJA, dos quais 4.746 na cidade de Campo Grande. Mato Grosso do Sul contou, em 2017, com um total de 114.294 estudantes cursando o ensino médio e EJA em escolas estaduais e privadas (SED, MS). Em média, a partir dos 89.999 estudantes matriculados no ensino regular no estado em escolas privadas e estaduais, calcula-se que o efetivo de egressos do ensino médio anual possa ser estimado em 30.000 alunos, aproximadamente.

Em relação ao contexto regional do setor audiovisual, a produção em Mato Grosso do Sul pode ser dividida em produção de filmes de ficção e documentário, curta, média e longa metragem; produção de peças comerciais para o mercado de publicidade e a produção dos programas para as retransmissoras de televisão no Estado. Nos últimos anos a produção de filmes culturais em MS está crescendo de forma considerável. Os motivos se devem ao fácil acesso a equipamentos, ao baixo custo do cinema digital e também ao aumento do



investimento público – regionalmente manifestado em editais da Fundação Estadual de Cultura, do Fundo de Investimento Cultural de MS (FIC/MS) e do Fundo Municipal de incentivo à Cultura (FMIC).

De acordo com levantamento realizado em 2014 pela Comissão (IS n.30, 2014) imbuída de elaborar a proposta de criação do Curso, observou-se que entre 2011 e 2013 foram lançados dois longas-metragens, dois média metragens e 25 curta metragens. Ainda segundo aquele levantamento, em 2014, até o mês de Abril, foram constatados 25 filmes, lançados, em produção ou em finalização. Destes, oito foram produzidos de forma independente, onze com recursos estaduais e seis com recursos municipais.

O ano de 2013 também foi produtivo para a realização de festivais e mostras no Mato Grosso do Sul, permitindo aproximar o público do cinema local. Campo Grande sediou a primeira edição do “Festcine Vídeo América do Sul”, realizado pela Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul (ACV-MS), tendo sido localizado no Cinépolis do Shopping Norte Sul Plaza, contando com a presença de personalidades como Letícia Sabatella e Ney Matogrosso. O festival trouxe filmes nacionais e sul-americanos, dando grande destaque a produção do MS. Dos 36 filmes exibidos, 21 foram filmes do Mato Grosso do Sul. Na capital também ocorreu a primeira edição da Semacine (Semana de Cineclubismo, Cinema e Educação de Campo Grande) e do SEDA (Semana do Audiovisual). Realizado pela Fundação de Cultura, O “Fuá” (Festival Universitário de Audiovisual) chegou a sua 7ª edição. Em Dourados, a UFGD realizou a primeira mostra de audiovisual da cidade. Em Ivinhema ocorreu o 10º Festival de Cinema do Vale do Ivinhema.

Ainda em 2014, Mato Grosso do Sul recebeu equipes de outros estados: o longa-metragem independente **“Condado Macabro”** de Marcos De Brito, rodado em Paranaíba; **“Espero Que Esta te Encontre”** de Natara Ney e **“Ao som do Chamamé”**, de Lucas de Barros. Destacam-se produções que foram selecionadas para festivais em outros países, como **“Ela veio me ver”** de Essi Rafael; **“Lados Dados”**, de Breno Benetti; **“Red Hookers”**, de Larisa Larissa Anzoategui e **“O Florista”**, de Filipi Silveira; este último foi selecionado para o Festival de Cannes em 2013.

Em levantamento sumário mais recente, realizado em 2018, observa-se a seguinte produção audiovisual em 2017:

**“Canta dores do pantanal - grupo acaba 50 anos”**, Fábio Flecha, Documentário, longa metragem; **“Exodus”**, Patrícia Saravy e Rodolfo Ikeda, curta metragem; **“Nova lima, mil pecados”**, Ivair Dantas, Videoclipe, curta metragem; **“Cade você Johnie”**, Willyan Steven Nicola, Ficção, Curta metragem; **“Kuña Porã – Matriarcas Kaiowá e Guarani”**, Fabiana Assis Fernandes, Documentário, Curta-metragem; **“O amor e o resto – da culinária ao caos”**, Mariana Sena Madureira Figueiró, Ficção, Curta-metragem; **“Falta D’água”**, Alan de Souza Caferro, Ficção, Curta metragem; **“De tanto olhar o céu gastei meus olhos”**, Nathália Tereza, Ficção, curta metragem; **“T’amo na Rodoviária”**, Mariana Sena Madureira Figueiró, Documentário, Longa metragem; **“Paralelas de aço”**, Rachid Waqued, curta metragem; **“Hino – Glória e Tradição de uma gente audaz”**, Guilherme Cavalcante, Lizandra Moraes e Marcia Furtado, curta metragem; **“Mulheres em obras”**, Ana Rita Moraes Dornelles, curta metragem; **“Por que Dividir?”**, João Fernando Pelho Ferreira, curta metragem; **“Cozinha, lugar de saberes e sabores”**, Elis Regina Cardeal Nogueira, Documentário, Longa-metragem.

Em Campo Grande existem 19 produtoras audiovisuais que trabalham com filmes para publicidade (e algumas delas também com filmes culturais). Essas produtoras audiovisuais são as seguintes: Bureau de comunicação e produção; Camalote Filmes; Camera Art-som; Cena1; Gamma 3; Primeiro Plano Filmes; Espaço Imaginario; Fotoluz Estúdio; Connect-s Imagem Digital; Lujje Vídeo; M2 Cinematográfica; Ndec; Olho Cine TV; Painel Florestal; Polo Cinematográfica; Set Video; Render Brasil; Quadrante Filmes; Cartunauta. As transmissoras de televisão localizadas em Campo Grande são: TV Morena, filiada da Rede Globo; TV



Guanandi, filiada da Rede Bandeirantes; Rede MS Record, filiada da Rede Record; TV Campo Grande, filiada do SBT; TV Comunitária; e Agromix, SBA – Sistema Brasileiro de Agronegócio.

É possível observar-se através desses dados que há potencial para um mercado de trabalho em construção tanto na produção cultural independente, como dentro de produtoras audiovisuais destinadas à atividade publicitária. É necessário ainda informar que a legislação de produção audiovisual para a TV por assinatura, garante obrigatoriedade de produções nacionais nos canais internacionais que operam no Brasil. Além disso, os recursos financeiros oriundos do **Fundo Nacional do Audiovisual** poderá propiciar o desenvolvimento de uma produção regional mais profissionalizada.

#### 4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

Mato Grosso do Sul configura-se no 6º Estado em extensão territorial do país, compreendendo uma área de 357.145.534km<sup>2</sup>, é equivalente a 4,19% da área do país e 22,23% da área do Centro-Oeste.

Localizada geograficamente a 20°26'34" latitude Sul e 5°38'47" longitude Oeste, na porção central do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, capital do estado, cidade a qual encontra-se a Cidade Universitária, localizada na mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, composta pelas microrregião do Alto Taquari (Alcinópolis, Camapuã, Coxim, Figueirão, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora) e microrregião de Campo Grande (Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos), a qual compreende uma área de 28.261.421km<sup>2</sup> e uma população de 1.066.002 habitantes (IBGE, 2015), as quais são organizadas em conformidade com determinações econômicas, sociais e políticas da organização das cidades no âmbito do Estado.

Tomando como base o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Campo Grande se encontra composta por 786.797 pessoas, o que representa 32% da população total do Mato Grosso do Sul e um crescimento de 5.6 vezes em relação a população de 1970 (140.233), sendo predominantemente urbana desde 1970 (131.138; 93,51%) alcançando 776.242 (98,66%) em 2010. A população campo-grandense é composta, sobretudo, por adultos-jovens –20 a 39 anos (274.503; 34,88%) e pessoas de meia idade –40 a 59 anos (185.488; 23,57%); de cor branca (397.975; 50,58%) e parda (326.644; 41,51%) e do sexo feminino (405.464; 51,53%) (CAMPO GRANDE, 2016).

A economia do estado é baseada no agronegócio, com alguns polos de extrativismo mineral (como em Corumbá) e siderúrgico e de produção de celulose (com em Três Lagoas). Com baixa industrialização, seus principais produtos de exportação são grãos (principalmente soja e milho), álcool e gado de corte (carne e couro). Com população estimada de 2.651.235 habitantes em 2015, possui baixa densidade demográfica (6,86 hab/km<sup>2</sup>), distribuídos em 79 municípios. A renda nominal mensal domiciliar per capita foi de R\$ 1.291,00 em 2017.

O estado possui sua população concentrada, principalmente nas cidades de Campo Grande (32,3 % da população), Dourados (8,25 %), Três Lagoas (4,3 %) e Corumbá (4,1 %). O ecossistema de Mato Grosso do Sul é dividido em duas grandes regiões: o cerrado e o Pantanal (este localizado no Noroeste do estado). O ecossistema pantaneiro tem como principal atividade econômica a criação de gado de corte e o turismo, enquanto o ecossistema do cerrado se encontra bastante destruído pela implantação das culturas de soja, milho, cana (para produção de álcool) e eucalipto (usado para produção de madeira e celulose), além da criação de gado (aproximadamente 20 milhões de cabeças em todo o estado).

O Curso de Audiovisual tem em conta o contexto econômico, social, político e cultural da região e do país na formação cidadã e profissional dos acadêmicos, tanto nas relações feitas dos conteúdos com o contexto histórico-cultural local, regional e global, como nos projetos e trabalhos desenvolvidos nas disciplinas e no curso nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão. As



características sociais, ambientais e históricas da região, assim como sua relação com aquelas do país e da sociedade contemporânea, de forma geral, são trabalhadas nas ações de formação dos acadêmicos, o que auxilia a desenvolver perfis profissionais habilitados para a intervenção qualificada nas atividades sociais, culturais e econômicas da região.

A tendência de impacto do Curso de Audiovisual é que esse se dê direcionado principalmente para o setor cultural, qualificando para a geração de empregos no setor e para o incentivo na atividade econômica vinculada à indústria cultural. Em Campo Grande existem grupos de teatro, dança, música orquestra, banda e atividades afins. O investimento municipal em cultura conta com lei orgânica, que prevê a destinação de 1% da receita para a área da cultura.

Em Campo Grande há uma política municipal de cultura que tem como objetivo promover a associação entre cultura e qualidade de vida da população, assim como dinamizar as atividades do setor e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural.

Outro setor cuja tendência é ser impactado pela criação do Curso de Audiovisual é o dos meios de comunicação da cidade e região centro-oeste, principalmente nas atividades ligadas ao audiovisual, como é o setor publicitário, de televisões e **internet** de modo geral. A produção de audiovisual para internet contribui particularmente para o jornalismo online, que em Campo Grande conta com os sites de notícia: Campo Grande News, Midiamax, G1, SemanaOn, Diário Digital, MidiaMS, Portal da Record, entre outros.

#### 4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

De acordo com o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE) – sociedade civil sem fins lucrativos que congrega e representa de forma permanente as instituições e os profissionais brasileiros dedicados ao ensino de cinema e audiovisual – existem 87 cursos na área de Cinema e Audiovisual no Brasil. Destes, 38 cursos são tecnológicos em Produção Audiovisual, sendo 2 cursos à distância e apenas um oferecido em instituição pública (na Universidade do Estado do Amazonas). Há 48 bacharelados, sendo 25 cursos oferecidos em instituições privadas (três deles na modalidade à distância) e apenas 23 cursos em instituições públicas, 19 deles em 18 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Apenas a Universidade Federal Fluminense (UFF) oferece também uma modalidade na área de licenciatura.

A lista de cursos denota a pequena concentração das atividades na região Centro-Oeste do Brasil, com o oferecimento de somente 5 bacharelados, sendo um deles em instituição privada (no Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília) e quatro cursos em IFES: Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e, mais recentemente, com início das atividades em 2019, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Frisa-se, portanto, a ausência de Cursos de Audiovisual em todo o território de Mato Grosso do Sul. Além disso, no que tange as Instituições Federais de Ensino Superior, há carência de cursos num raio superior a 700 quilômetros a partir da cidade de Campo Grande (os mais próximos localizam-se na Universidade Federal de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, e na Universidade Federal de Mato Grosso).



## 5. CONCEPÇÃO DO CURSO

### 5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

A área de Audiovisual, desde a passagem do século XX para o XXI, experimenta a consolidação dos efeitos do mundo digital em seu modo de ser. Por um lado, a grande disseminação do fazer audiovisual, através de celulares, câmeras fotográficas e de vídeo, não foi seguida pela disseminação dos conhecimentos relativos à linguagem audiovisual e suas potencialidades educacionais, artísticas e de entretenimento. Ainda mais, mesmo com as inúmeras possibilidades de exibição audiovisual, desde o cinema até a **internet** e as redes sociais, a dimensão ética e social ainda permanece carente de desenvolvimento. Assim de um lado, o conteúdo, e de outro, a função social dos sistemas audiovisuais continuam a depender de estruturas acadêmicas que deem suporte às delimitações necessárias ao desempenho e eficiência da área do Audiovisual.

O ambiente profissional do Audiovisual (em Mato Grosso do Sul) é carente de qualificação acadêmica, gerando distorções de natureza estética e comunicacional. O fator de multiplicador de conteúdos pela audiência (receptores) acaba sendo ineficaz, pois de um lado não se desenvolve esteticamente, e por outro lado, apenas reproduz aqueles valores já consagrados na população, impedindo o aprimoramento cultural e informacional.

Ainda que em âmbito nacional e internacional, a sociedade brasileira tenha acesso a conteúdos e estéticas diversas, há que se considerar que o cidadão do Estado de Mato Grosso do Sul, raramente é representado, ele mesmo, pelos sistemas audiovisuais, impossibilitando sua própria autocrítica e revisão cultural, afinal não é somente pelas belezas que se define uma cultura. A auto representação de uma sociedade evoca suas mais profundas iniciativas, permite revisões de conduta e pode apontar para seus desejos futuros. Sabe-se que indígenas que foram apresentados para filmagens em vídeo, nas quais eles próprios eram apresentados, perceberam a decadência de sua cultura e passaram a fazer novamente ritos consagrados que já tinham sido abandonados. A inexistência de uma representação cinematográfica reduz a cultura local ao noticiário jornalístico que infelizmente somente consegue dar conta daquilo que é factual, mas incapaz de atingir o imaginário da sociedade, seus desejos, suas realidades complexas e suas emoções.

Evidentemente, considere-se o aspecto educacional dos sistemas audiovisuais, e veremos o quanto ainda se faz necessário investimento de capital humano para que essa função desenvolva-se adequadamente. As demandas estéticas e comunicacionais, da linguagem audiovisual são plenamente atingidas quando a formação profissional passa pela imersão acadêmica nos conhecimentos específicos, sejam eles técnicos, semióticos ou humanísticos. Não se trata de uma formação multidisciplinar que dê conta de todas as áreas do conhecimento, mas do desenvolvimento de habilidades formativas para o trabalho em equipe, para a tradução dos diferentes conhecimentos para as especificidades de produção e de expressão dos produtos audiovisuais.

As dimensões formativas pelas quais o Curso de Audiovisual se orienta são as que seguem: técnica, política, pessoal, cultural, ética e social. Concebe-se o Curso de Audiovisual como um espaço de formação profissional para atuar no setor cultural, artístico, midiático e empresarial. Para atender esse perfil de inserção profissional, o Curso tem uma estrutura curricular com disciplinas básicas que atendem a formação técnica e de realização de obras e produtos culturais e midiáticos, assim como o aparato teórico sobre o campo de estudo, com disciplinas da área de Ciências Sociais com abordagem de natureza humanística, bem como as disciplinas da área de economia e política desse setor produtivo.

O Curso de Audiovisual articula, necessariamente, teoria e prática. De um lado, implica o saber sobre e o saber que; de outro, deve desenvolver habilidades teórico-práticas que possibilitem o saber fazer, isto é, que capacitem para a



realização de produtos artísticos-culturais. Esse saber fazer deve se dar desde as bases teóricas e históricas próprias do campo, visto que os produtos culturais e midiáticos têm em si diversas dimensões: a artística e humanística; a de economia e política geral e desse setor profissional; a de linguagens; a de realização e produção; e a de teoria; história e crítica desse setor artístico, técnico e cultural.

Diante do exposto, o Curso entende a produção cultural e midiática como ação que envolve conhecimentos específicos de linguagens e técnicas de elaboração. Envolve ainda a construção de conceitos, princípios e valores éticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação referente à criação artística e cultural, em diálogo constante com as diferentes visões de mundo. Assim, o Curso de Audiovisual visa à preparação do futuro profissional não só para enfrentar um contexto sócio-histórico-econômico, cultural dinâmico e competitivo, mas, sobretudo, para atuar como agente crítico capaz de fazer uso das linguagens e técnicas de realização nas suas diferentes manifestações, com vistas a contribuir para o desenvolvimento e transformação da sociedade.

Um Curso de Graduação em Audiovisual com essas competências é necessidade premente para a consolidação de um projeto de sociedade integrada e participativa.

#### 5.1.1. TÉCNICA

A dimensão técnica do Curso atinge mais de cem anos de existência do cinema, e ainda que as tecnologias digitais sejam o presente e o futuro da área de Audiovisual, muito se deve ao conhecimento acumulado desde a invenção do cinematógrafo pelos Lumière, na França em 1895. Não se trata de retroagir para as tecnologias antigas, mas de reconhecê-las em sua grandeza, inovação e especialidade operacional. Tal reconhecimento permite que a contemporaneidade digital seja entendida no seu devido contexto, sem as exacerbações “tecnicistas”, mas com o respeito que é devido a quaisquer ferramentas humanas, fruto que são da inventividade do ser humano.

Dessa forma a operacionalidade deve superar a máquina, o fazer deve estar acima da ferramenta que faz. Não há ferramenta sem o ser humano, ainda que robotizado, o que faz, foi preparado e determinado pelo humano ser. Esse princípio deve seguir a dimensão técnica do Curso de Audiovisual, de modo a fornecer aos estudantes os conhecimentos básicos referentes às atividades operacionais que se desenvolvem há mais de um século desde a invenção da fotografia, ou porque não dizer desde os experimentos com a perspectiva linear no “**Quatrocentto**” que se consagraram com o tratamento da luz no “**Barroco Europeu**”.

Há que se considerar que os sistemas audiovisuais digitais proporcionaram a democratização dos meios tecnológicos, permitindo que pessoas das mais diferentes classes sociais tenham acesso à produção de imagens e sons. Todavia, considere-se que existem tecnologias com complexidades diversas, sendo que, aquelas utilizadas profissionalmente, tendem a ser muito mais sofisticadas, exigindo uma operação de natureza especializada. Transcender tal condição é praticamente impossível, mesmo considerando que existem habilidades comuns que são compartilhadas com as máquinas (câmeras, computadores, **softwares**, etc.) mais simples existentes no mercado audiovisual. A formação profissional necessariamente passa pela experimentação de sistemas tecnológicos complexos, porém tudo ao seu devido tempo. Fases iniciais de aprendizagem podem ser executadas com tecnologia mais simples, que à medida que, a formação for se especializando, tende a ser executada em máquinas mais complexas. O princípio técnico é sempre o mesmo, porém a execução tende a se complexificar, e quem executa tende a se especializar.

De modo específico, o Curso de Audiovisual da UFMS desenvolverá atividades teórico-práticas que visem desenvolver as habilidades de criação, de realização e execução que permitam aos discentes vir a desenvolver atividades ligadas à produção de filmes ficcionais ou documentários, de curta, média ou longa metragem, para cinema, TV ou **internet**; voltados para a publicidade ou para o



jornalismo institucional e ainda participação na elaboração de games. A articulação perene entre o saber que e o saber fazer propiciará a formação de perfis que permitam aos estudantes inserir-se profissionalmente tanto na área de pesquisa acadêmica sobre a produção midiática, como na área de execução e criação, a saber: 1) como diretor, roteirista, produtor; 2) nas áreas de montagem, fotografia, som, edição; 3) ou no setor de exibição e distribuição. No decorrer das disciplinas, principalmente naquelas voltadas para aspectos teórico-práticos, ou nas que são principalmente práticas, os discentes entrarão em contato com os diferentes gêneros e formatos midiáticos, assim como com as tecnologias aplicadas aos processos de produção e difusão do audiovisual. Outro aspecto teórico-prático importante é o que diz respeito à Linguagem, que se relaciona aqui tanto com o tratamento da imagem e do som, como com o entendimento dos suportes, dispositivos e plataformas midiáticas, necessário para o saber fazer no setor do Audiovisual.

### 5.1.2. POLÍTICA

A dimensão política do ambiente Cinematográfico e Audiovisual deve ser considerada em dois âmbitos, um nacional e o outro internacional. No âmbito internacional é notória a prevalência do Cinema Norte-Americano que domina boa parte do mercado internacional de salas de cinema e de emissoras de TV (a cabo, aberta, por IP, etc.). Muito já se escreveu sobre essa situação, em especial sobre o processo de aculturação que isso promove nas diferentes sociedades em que atua. Todavia é importante se destacar que o cinema norte-americano detém a mais longa experiência de produção, incluída aqui a transformação do Cinema em um negócio milionário. As empresas produtoras norte-americanas tem domínio no mercado internacional, possuem o conhecimento do “como se faz” e “como se vende”, o que inegavelmente tem funcionado há mais de 100 anos desde o lançamento de **“O nascimento de uma Nação”** de D. W. Griffith em 1915. Num cenário internacional nada favorável, o Brasil, como nação, experimentou vários ciclos em sua produção Cinematográfica, cuja característica mais recente tem sido o investimento de excedentes fiscais através de leis de incentivo fiscal à cultura. Esse esforço nacional tem natureza cultural; possivelmente não seja possível o desenvolvimento de uma indústria tão pujante quanto a norte-americana, mas a disputa por uma fatia desse mercado, no Brasil, é questão que envolve nossa identidade nacional e sua importância no fundamento da sociedade brasileira.

Esse fenômeno também se reproduz internamente, no âmbito nacional. Os grandes centros produtores de conteúdo audiovisual são as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, sede da Rede Globo de Televisão, a maior produtora de seriados ficcionais do Brasil, quiçá da América do Sul, tem destaque nessa área e concentra boa parte dos recursos financeiros através de patrocínios comerciais. Já a cidade de São Paulo, possui mais recursos financeiros (dispersos) e concentra grande quantidade de produtoras independentes que fazem a captação desses recursos via leis de incentivo fiscal à cultura. Evidencia-se o fomento à cultura metropolitana em detrimento das culturas e das sociedades interiorizadas no país.

Recentes modificações legais nacionais introduziram o estímulo às produções regionalizadas de acordo com as regiões políticas brasileiras. Os recursos financeiros são caracterizados por operações bancárias que necessitam de tratamento empresarial para que se desenvolvam adequadamente. Não há ainda em Mato Grosso do Sul empresa habilitada para essa captação, e até onde se sabe, nenhum projeto audiovisual dessa envergadura foi desenvolvido no estado. Esse panorama político e econômico tende a se tornar mais complexo à medida que o tempo passe e novas orientações políticas tornem-se hegemônicas na sociedade brasileira. A reflexão sobre essas condições é necessariamente uma das funções da universidade e deverá ser propiciada por uma estrutura curricular que dê conta desses temas.

A dimensão política será trabalhada, desde seus aspectos temáticos, ao longo de todo Curso, a partir de debates e atividades teórico-práticas que



desenvolvam o senso crítico dos alunos. A partir do contato com os produtos cinematográficos, os alunos terão espaço de reflexão sobre a sociedade, de forma geral, e sobre a atuação dos profissionais do audiovisual na construção do social e do comunitário. Adicionalmente, a partir do segundo semestre, os alunos terão contato com a História do Audiovisual e do Cinema Brasileiro, de modo a refletir e entender a dimensão política da profissão e a importância do desenvolvimento de leis para o setor, tópicos que serão trabalhados, especificamente, na disciplina Legislação e Política Audiovisual. O desenvolvimento da dimensão política nessa área de atuação profissional é fundamental, visto a relevância e a interdependência dos setores culturais e da indústria cultural, como um todo, dos modelos políticos e sociais de gestão de Estado em cada país.

### 5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O Curso de Audiovisual incentivará a responsabilidade profissional frente à complexidade comunicacional do ambiente profissional. Procurará incentivar a iniciativa pessoal no desenvolvimento de projetos comunicacionais e comerciais, visando o aproveitamento da potencialidade criativa do acadêmico. A formação acadêmica deverá envolver diferentes áreas de conhecimento disponíveis na UFMS, e a participação do estudante em diferentes atividades integradoras além daquelas obrigatórias. O trabalho em equipe é condição profissional obrigatória e para tanto o Curso incentivará o desenvolvimento do espírito de grupo e de complementaridade das habilidades e talentos individuais.

Quanto à formação do profissional, o Curso de Audiovisual buscará desenvolver as seguintes habilidades: comunicação eficiente, pois como é de praxe nas profissões ligadas à indústria cultural, é ponto fundamental no desenvolvimento de suas funções, assim como a fluência, o raciocínio verbal e a dicção adequada; a sociabilidade, ou seja, facilidade para interagir com pessoas, instaurando um satisfatório processo de relações interpessoais. Faz-se necessário um desenvolvimento apropriado do raciocínio abstrato, para estabelecer relações e compreensão de símbolos, a partir de estímulos não verbais, já que a comunicação se realiza por meio de diferentes meios, especialmente em uma época de sobrevalorização de imagens e da internet como ferramenta privilegiada; criatividade, imaginação e a capacidade de lidar com diferentes tecnologias são também traços imprescindíveis para a realização do trabalho do profissional do setor do Audiovisual.

Para atender aos objetivos nesta dimensão, serão desenvolvidas atividades interdisciplinares que envolvem os demais cursos e a comunidade, tais como: exposição de artes, mostras e festivais de cinema, organização de festas populares, atividades esportivas, participação em concertos, recitais e outros.

Também contribuem para o desenvolvimento pessoal, os eventos científicos organizados pelo Curso e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp) como os seminários de iniciação científica, congressos, encontros científicos ligados à área. Por outro lado, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) promove eventos que envolvem temáticas relacionadas aos aspectos culturais, sociais e políticos. Dessa forma, o desenvolvimento pessoal do acadêmico se completa com as atividades que envolvem o ensino, pesquisa e extensão, resultando de um processo de ensino-aprendizagem que ultrapassa os limites do ambiente acadêmico.

### 5.1.4. CULTURAL

A participação do estudante em atividades culturais é condição para a adequada formação de um repertório audiovisual que fortaleça o espírito crítico. Assim, dentro das possibilidades os acadêmicos serão instigados a conhecer o universo do audiovisual de maneira ampla e sem restrições de gênero, credo ou etnia. A participação em Festivais de Cinema existentes no cenário nacional poderá se tornar parte das atividades anuais do Curso. Outras formas de expressão como teatro, música, dança, literatura, festas populares, e também a divulgação científica,



deverão ser objeto da atenção do estudante, de modo que seu repertório cultural se amplie consideravelmente durante os anos do Curso. Tais necessidades culturais devem passar a fazer parte dos hábitos de consumo e de lazer desses acadêmicos.

#### 5.1.5. ÉTICA

A Ética como uma Ciência da Conduta deve ser temática transversal às disciplinas componentes da Matriz Curricular. Não há um código de ética no âmbito do cinema, e a tendência de controle ético tem se apresentado, na internet, na forma de censura às chamadas **"Fake News"**. Casos de censura ideológica tem se apresentado em festivais cinematográficos de âmbito nacional, ainda que na forma de "boicotes" ou de "manifestos artísticos". O Curso de Audiovisual não deverá tratar o tema da Ética reduzindo-o a algum código moral, mas sim em seu amplo aspecto referente à conduta humana. É nessa medida que a responsabilização individual deverá ser indicada, de modo que, o acadêmico, ao realizar um filme (qualquer que seja) tenha a clareza da dimensão ética e da responsabilidade social na disseminação de ideias que possam vir a danificar a vida em sociedade ou a dignidade da pessoa humana. Tal é a dimensão social da Ética. Porém em um nível mais restrito da vida profissional, o acadêmico deve estar atento à implicação de atitudes anti-sociais no ambiente de trabalho. Aqui, as regras mais simples de convivência em grupo, de cordialidade, de respeito à diversidade de opiniões e ideias, devem ser observadas. Além disso, nas relações comerciais o tema é constantemente chamado a compor o retrato do profissional, que poderá ter suas habilidades sub-utilizadas ou sub-dimensionadas, prejudicando-o durante sua atividade. A atenção à dignidade profissional do próprio sujeito também é parte da dimensão Ética a ser apresentada nas disciplinas do Curso de Audiovisual.

O tratamento da Ética profissional será, então, feito de forma transversal, de modo a dar a ver aos discentes a importância do uso responsável do conhecimento, e da necessidade de se manter um comportamento responsável, digno e ético em todas as esferas da vida social, inclusive na profissional. Nesse sentido, no decorrer do Curso, os alunos aprenderão a trabalhar em grupo, o que é fundamental no setor profissional do Audiovisual, e a manter um comportamento ético na relação com seus pares, entendendo o valor de respeitar o trabalho alheio, e entender o que significa o plágio ou a cópia ilegal nas áreas de atuação artística e acadêmica.

Nos casos de pesquisa experimental envolvendo seres humanos, se recorrerá ao Comitê de Ética da UFMS para tanto.

#### 5.1.6. SOCIAL

A atividade audiovisual realiza-se em sociedade, e, portanto deve ser nessa perspectiva que o Curso capacitará seu profissional. Isso significa que não há expressão audiovisual desconectada de seu público. O acadêmico deve ter experiências que os habilitem nas atividades fins e nas atividades meio, isto é compreender que a atividade de produção audiovisual somente se completa e chega à sua plena realização quando exibida socialmente. Ainda que a expressividade de uma poética audiovisual seja estimulada, se essa expressão não se completa em exibição e recepção, o processo não se realiza em sua plenitude.

Seja no âmbito expressivo da arte, do entretenimento ou da comunicação aplicada (propaganda, publicidade e ensino), o público deve ser levado em consideração, de modo que a atividade profissional seja reconhecidamente socializada. Tal questão é muito pertinente frente às admoestações críticas realizadas ao cinema brasileiro frente ao que parece ser uma espécie de desvio de uma expressão muito especializada e hermética, que prejudica o âmbito social da atividade da realização audiovisual e que a restringiria a apenas um seleto grupo de entendedores e iniciados culturalmente. Não se quer com isso balizar a atividade a um denominador comum na base da pirâmide, isto é, ao senso comum. A superação de um nível de compreensão cultural por outro mais complexo representará um ganho no repertório sócio-cultural (tanto do acadêmico como de seu público), fato



almejado pela própria universidade. Assim, o próprio processo formativo do estudante, bem como sua atividade profissional deve ter em tela sua função social e cultural, de estímulo ao conhecimento e à superação das pobreza e mazelas sócio-culturais da sociedade brasileira contemporânea.

Nesta perspectiva, o Curso promoverá o debate sobre essas questões, e possibilitará espaços de reflexão e questionamento a partir dos quais os alunos desenvolvam uma atitude crítica, contestadora e criativa com relação a sua futura prática profissional.

## 5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

O Curso de Audiovisual tem importante função interdisciplinar de integração das diferentes áreas de conhecimento existentes na Faalc. A área de Letras contribui com conhecimentos específicos sobre o texto dramático e a literatura, que vão incidir diretamente na elaboração de roteiros; a área das Artes Visuais contribui com a estética da imagem e com as técnicas utilizadas em processos de animação ou de imagens sintéticas, e, efeitos de imagens próprios da videoarte e da arte da fotografia; a área de Música, arte de natureza temporal como o próprio audiovisual, contribui com a criação de temas musicais e sua função psicológica na elaboração do clima emocional de um filme, ou ainda na organização polifônica de trilhas sonoras; a área do Jornalismo traz a contribuição da objetividade factual, da investigação de acontecimentos e eventos sociológicos, indispensáveis como fontes de informação para o documentário audiovisual ou ainda a ficção de reconstituição histórica.

Todavia devem ser consideradas ainda as possibilidades de interdisciplinaridade com outras áreas pertinentes ao âmbito do próprio fazer audiovisual, tais como: na Arquitetura, com a elaboração de projetos de cenários; na Engenharia com a construção de cenários e de estruturas mecânicas e eletrônicas para filmagens; na Tecnologia da Informação, com o desenvolvimento de softwares e jogos eletrônicos; nas Ciências Sociais e na Biologia como ferramentas audiovisuais de investigação observacional.

A natureza dupla dos fenômenos comunicacionais, já institucionalizada na área, nos dá conta que ao lado da Forma do filme propriamente dito, há também o Conteúdo, com os temas e assuntos que são tratados em cada obra. Todas as relações interdisciplinares descritas acima nos dão conta da Forma do Filme. Mas quando consideramos o Conteúdo, uma miríade infinita de possibilidades de inter-relação com outras áreas de conhecimento é aberta. Principalmente grandes possibilidades de integração no âmbito da Educação e da Divulgação Científica. A universidade, como grande centro de produção e de disseminação de conhecimentos, é o verdadeiro “caldo de cultura” de conteúdos possíveis para a interdisciplinaridade no Curso de Audiovisual da UFMS.

5.2.1. Atividades econômico-sociais: o estímulo à organização de Empresa Júnior no Curso de Audiovisual, permitirá ao estudante sua inserção nas atividades econômicas através de prestação de serviços e desenvolvimento de projetos audiovisuais colaborativos; a interdisciplinaridade será observada no processo de realização audiovisual, uma vez que as habilidades necessárias ao trabalho em equipe são desenvolvidas em diferentes disciplinas da estrutura curricular;

5.2.2. Atividades socioculturais: o processo de exibição audiovisual é o lugar da vida cultural da área por excelência; assim, o estímulo à ocorrência de mostras e eventos propiciarão as ações interdisciplinares, seja na leitura das obras audiovisuais, como na compreensão de sua disseminação temática ou de conteúdo específico;

5.2.3. Atividades estético-temáticas: de forma mais específica da própria área do Audiovisual, a análise de obras cinematográficas em suas dimensões estéticas e de conteúdo reforçam necessariamente a integração das diferentes



disciplinas; as dimensões estéticas referem-se às diferentes especialidades da realização audiovisual que se apresentam integradas nas obras finais; reflete-se nisso a interdisciplinaridade quando se analisa roteiro, fotografia, montagem, trilha sonora, direção e encenação, por exemplo.

### 5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

Com relação às estratégias que visam promover o diálogo entre os componentes curriculares, envolvendo docentes, discentes e técnicos, o Colegiado do Curso promoverá:

1) Seminários integradores entre os docentes do Curso no início dos semestres letivos, cujo objetivo será discutir problemas afins, assim como planejar ações que visem integrar, do ponto de vista didático-pedagógico, os vários eixos de formação previstos nas Diretrizes Curriculares;

2) Reuniões com os docentes na metade dos semestres letivos, para discutir a situação de andamento das disciplinas, assim como para planejar as ações cabíveis com fins de incrementar os resultados obtidos pelas disciplinas obrigatórias e optativas dos diferentes eixos temáticos;

3) Reunião com discentes do Curso, docentes e servidores técnicos, na metade dos semestres letivos, com fins de discutir o andamento do conjunto de disciplinas ministradas e planejar estratégias comuns com a finalidade de incrementar o aproveitamento didático-pedagógico dos discentes.

### 5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O Curso de Audiovisual da UFMS sintoniza-se à Resolução nº 10, CNE/CES, de 27 de junho de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área. Dessa forma, de modo geral, entende-se que o egresso deve estar capacitado nas seguintes áreas: a) Técnica e formação profissional; b) Realização em audiovisual; c) Teoria, análise e crítica do audiovisual; e d) Economia e política do audiovisual.

Nesse contexto, as competências e as habilidades desejadas, integrantes do perfil profissional citado acima, são as seguintes:

- assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão e a formulação de teorias;
- empregar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade, posicionando-se segundo pontos de vista ético-políticos;
- deter um conjunto significativo de conhecimentos e de informações na área, importantes para a realização de produtos audiovisuais;
- dominar as linguagens audiovisuais, experimentar e inovar no seu uso;
- dominar os processos de produção, gestão e interpretação audiovisuais, em sua perspectiva de atualização tecnológica;
- refletir criticamente sobre sua prática profissional;
- resolver problemas profissionais de sua área de atuação, formulando alternativas factuais e conceituais diante de questões concretas surgidas na área; e
- saber trabalhar em equipe, desenvolvendo relações que facilitem a realização coletiva de um produto.

O egresso do Curso de Audiovisual deve conhecer essa área de atuação mediante diferentes Teorias e Paradigmas Científicos, assim como ter desenvolvido o pensamento reflexivo crítico, artístico e estético sobre o exercício de sua atividade profissional, artística e cidadã. O egresso deve, também, estar ciente da importância de buscar uma constante atualização teórico-prática em seu campo de atuação, e da importância de que o conhecimento adquirido e em processo de construção deve alimentar seu fazer profissional e sua participação comunitária e social. A partir das diferentes formas de inserção profissional, referentes à sua área de formação, o egresso do Curso de Audiovisual sairá sensibilizado para a importância do exercício



profissional ético e comprometido com a sociedade de modo geral, assim como com a relevância de uma prática profissional que seja voltada à multiplicação e divulgação do saber apreendido em sua etapa de formação universitária.

De modo específico, compreende-se que os egressos do Curso de Audiovisual da UFMS poderão ocupar postos de trabalho e contribuir para o desenvolvimento da área em Mato Grosso do Sul nas seguintes atividades: produção de filmes ficcionais ou documentários, de curta, média ou longa metragem, para cinema, TV ou internet; voltados para a publicidade ou para o jornalismo institucional e ainda participação na elaboração de games. As diferentes atividades profissionais propiciadas pelo Curso são: direção; pesquisa; hipermídia, roteiro; produção; direção de fotografia; som; montagem e edição; distribuição e exibição. Essas subespecialidades podem ser desenvolvidas na realização de filmes, séries, telenovelas, telejornais, clips, eventos, spots publicitários, etc.

Além dessas especialidades, o egresso poderá exercer outras funções conforme a ênfase dada em suas disciplinas optativas, por exemplo: 1) Cenografia, com disciplinas específicas oferecidas pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2) Direção de Arte, com disciplinas específicas oferecidas pelo Curso de Artes Visuais; 3) Crítica cinematográfica, com disciplinas específicas oferecidas pelos Cursos de Jornalismo ou Letras; 4) Som, com disciplinas específicas oferecidas pelo Curso de Música; entre outras possibilidades.

## 5.5. OBJETIVOS

O objetivo geral do Curso Audiovisual - Bacharelado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é o de habilitar profissionais qualificados, éticos, críticos e socialmente responsáveis para atuar no planejamento geral, implantação, execução e avaliação de atividades de realização em audiovisual, nas diferentes especializações próprias de atuação profissional (pesquisa, roteirização, produção, direção, fotografia, sonoplastia, montagem/edição, distribuição e exibição), e demais especializações associadas (efeitos especiais, animação, infografia, cenografia, “casting”, figurino crítica cinematográfica e de TV); para a obtenção de sistemas, estruturas ou obras audiovisuais e sua disseminação social.

No que diz respeito aos objetivos específicos, o referido Curso pretende garantir a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e competências, para que os estudantes ao concluírem o Curso sejam capazes de:

- Conhecer, identificar e desenvolver todas as fases da realização cinematográfica e audiovisual observadas durante a pré-produção, a produção, a pós-produção, a distribuição e a exibição de obras audiovisuais;
- Conhecer e saber utilizar os recursos das tecnologias audiovisuais e da informação;
- Exercer o trabalho em equipe interdisciplinar, reconhecendo a especificidade dos conhecimentos das diferentes áreas do Audiovisual;
- Pautar-se pelas referências históricas, técnicas, artísticas e comunicacionais do audiovisual para mediar ou liderar processos de produção, distribuição e exibição de filmes;
- Gerenciar empreendimentos e eventos relativos aos serviços do campo do audiovisual;
- Desempenhar as funções profissionais de acordo com sua especialização, na busca da excelência e da qualidade;
- Compreender e pautar-se pelos princípios éticos da atuação profissional;
- Intervir nas diferentes situações profissionais com ética, responsabilidade, sensibilidade, acolhimento e liderança;
- Adotar e difundir práticas de pesquisa para o desenvolvimento da arte, da ciência e da tecnologia audiovisual;
- Adotar postura crítica, indagativa e reflexiva diante das questões



teóricas, técnicas, artísticas e comunicacionais da área do Audiovisual, buscando a inventividade, o diálogo e o respeito ao ser humano na solução de problemas;

- Aprender e ter acesso autônomo e permanente ao conhecimento, à cultura e a profissão tendo em vista a continuidade de sua formação e enriquecimento cultural após a graduação em Audiovisual;
- Identificar e interagir com as peculiaridades regionais, com os contextos institucionais municipal, estadual e federal, com as questões do mundo e com as características, interesses e necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento intelectual e profissional na área do Audiovisual;
- Os egressos devem ser capazes de exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio;
- Os egressos do Curso devem estar capacitados a agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

## 5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

O Curso de Audiovisual - Bacharelado fará uso de metodologias ativas de ensino, e de tecnologias de comunicação e informação disponíveis, fazendo permanente a coerência com a missão da UFMS que consiste na formação de excelência de seus profissionais, que sejam ativos e capazes de solucionar problemas encontrados no cotidiano dos profissionais de Audiovisual.

Assim sendo, as metodologias de ensino empregadas respeitam a individualidade discente e com a finalidade de potencializar os diferentes canais de aprendizagem, serão aplicadas individualmente ou em conjunto e consistirão em:

1. Aula expositiva-dialogada, usada preferencialmente para a apresentação de grandes temas, abertura das Unidades de Ensino, ou para fechamento das Unidades de Ensino;
2. Trabalhos em grupo, usados preferencialmente para o desenvolvimento das Unidades de Ensino, nas etapas de apresentação de informações e sua análise;
3. Estudos dirigidos individuais, para aprofundamento de temas complexos, usando ou não recursos tecnológicos audiovisuais como instrumentos auxiliares;
4. Projetos (individuais ou em grupo), usados preferencialmente para o desenvolvimento de temas que envolvem várias unidades de ensino e que exigem o pensamento criativo e capacidade de análise, incluída a possibilidade de execução prática de obras audiovisuais;
5. Seminários apresentados pelos alunos como forma de socialização dos resultados obtidos em outras atividades;
6. Grupos de Discussão, para a discussão de temáticas pertinentes à Atividade de Ensino;
7. Colóquios com especialistas, para discussão das relações entre os conteúdos desenvolvidos nas Atividades de Ensino e o ambiente externo ao ambiente formador;
8. Estudos de Caso, usados para a discussão de situações do mundo do trabalho e sua relação com os conteúdos curriculares;
9. Discussão de Filmes, usados para explicar e contextualizar os conhecimentos adquiridos na Unidade de Ensino;
10. Dramatizações usadas como forma de problematização, desenvolvimento e experimentação dos conteúdos desenvolvidos na Unidade de Ensino;
11. Leitura de artigos científicos pertinentes, para relacionar os conteúdos



desenvolvidos na Unidade de Ensino e o desenvolvimento científico da área;

12. Aulas práticas, por intermédio de utilização de tecnologia audiovisual para aprendizagem dos diferentes conteúdos que compõem a área de Audiovisual;
13. Exercícios audiovisuais de campo, buscando a articulação entre os conhecimentos desenvolvidos em sala de aula e as evidências empíricas obtidas pelos discentes.

Tais formas de abordagem dos diversos conteúdos permitem a articulação com os eixos temáticos do Curso, bem como a interação entre as disciplinas, permitindo que os acadêmicos percebam a relação entre o conhecimento e a solução das demandas profissionais. Tal aspecto metodológico deverá ser ampliado com a prática da realização audiovisual, seja em atividades curriculares, em estágios não-obrigatórios, ou ainda durante as Atividades Complementares.

As disciplinas do Curso utilizam em seu processo de ensino-aprendizagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todas as suas disciplinas, entendendo por TIC o uso de computadores para a elaboração de textos científicos, artísticos ou técnicos, o uso de máquinas fotográficas, filmadoras e celulares para fazer e ver fotos, para captar e assistir vídeos, e para realização de trabalhos práticos e teóricos no decorrer de todos os semestres do Curso.

Cabe ressaltar que o currículo do Curso de Audiovisual, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, contém 5 eixos: 1) Realização e Produção; 2) Teoria, Análise, História e Crítica; 3) Linguagens; 4) Economia e Política; 5) Artes e Humanidades. Os semestres letivos do Curso de Audiovisual articula uma disciplina de cada eixo temático em seus 8 semestres de duração, organizada por ordem de complexidade e especialização temática. A combinação dos 5 eixos no decorrer do Curso é uma estratégia pensada para promover a articulação de conhecimento e para o desenvolvimento progressivo dos níveis de complexidade e especialização. Cada um desses eixos visa desenvolver aspectos necessários para o desenvolvimento profissional do egresso, já identificados e formulados pelas Diretrizes Nacionais para a área.

Além das disciplinas obrigatórias distribuídas paralelamente nos sete semestres iniciais, o Curso prevê um rol de disciplinas Complementares Optativas, relacionadas aos 5 eixos supracitados, a partir das quais os discentes poderão desenvolver interesses pessoais ligados a seus projetos profissionais e pessoais vinculados à área do Audiovisual e afins.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Audiovisual e a Resolução 106/2016, Coeg, o Curso conta com três Componentes Curriculares Não Disciplinares, todas três de caráter obrigatório, a saber: 1) o Trabalho de Conclusão de Curso; 2) o Exame Nacional de Desempenho – ENADE; e 3) as Atividades Complementares. Cabe ressaltar que com esse terceiro item, as Atividades Complementares, o Curso contempla componentes previstos tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Audiovisual quanto na Resolução 106/2016, Coeg, que são: as atividades de extensão; o trabalho temporário em equipes de produção, caracterizado nesse projeto como estágio; os intercâmbios universitários; as monitorias, que consiste em atividade orientada de ensino; as atividades de pesquisa; o trabalho regular em empresas e/ou instituições do setor audiovisual, aqui também caracterizada como estágio.

No caso dos acadêmicos com necessidade de atendimento especial, momentânea ou permanente, o Curso conta com o apoio da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf), que é o setor especializado que cuida da inclusão dos alunos público alvo da educação especial e auxilia os docentes e Cursos na orientação didático-pedagógica nesse sentido. Conforme orienta a Diaaf. A metodologia de ensino do AEE varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, a saber: deficiência, altas habilidades e/ou TGD que o aluno possui; seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais



especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores.

Além disso, a metodologia de ensino do AEE é dinâmica, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Diaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiências, altas habilidades e/ou TGD.

Todas as disciplinas do Curso poderão ter uma parte (módulos de 17h) ou o total de sua carga horária ofertada na modalidade a distância, observadas as normativas pertinentes. As disciplinas ofertadas a distância poderão prever algumas atividades necessariamente presenciais.

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o Curso, utilizarão o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), regulamentado pela instituição. Nesse sentido poderão ser utilizados recursos tecnológicos e educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead)

A tutoria nas disciplinas parcial ou totalmente a distância no Curso tem o objetivo de proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e continuado de seus estudos, utilizando diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo de ensino e aprendizagem, em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, quando for o caso. A tutoria poderá ser exercida pelo próprio professor da disciplina.

A frequência na carga horária a distância nas disciplinas será computada de acordo com as atividades realizadas pelos estudantes. Para cada 17h de carga horária a distância da disciplina, o estudante deve desenvolver, no mínimo, uma atividade avaliativa a distância.

## 5.7. AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos serão desenvolvidos para que o Colegiado e os docentes do Curso possam acompanhar cada estudante e orientá-lo para que tenha sucesso no Curso. Nesta concepção, a avaliação é um momento pedagógico e somente é útil se os estudantes dela se apropriarem para corrigirem hábitos de estudo e aprofundarem pontos nos quais apresentam mais dificuldade. Nas Atividades de Ensino, os estudantes serão avaliados quanto à compreensão, aplicação e reflexão do conteúdo. O Sistema de Avaliação proposto para o Curso envolve o seguinte conjunto de atividades avaliativas:

1. Avaliações escritas sobre os conteúdos desenvolvidos;
2. Trabalhos em grupo sobre conjuntos de conteúdos desenvolvidos;
3. Trabalhos individuais teórico-práticos sobre tópicos desenvolvidos;
4. Seminários individuais ou em grupo. Estes seminários serão apresentados para a socialização dos trabalhos produzidos individualmente ou em grupo;
5. Eventos;
6. Avaliações da aplicação do conhecimento.

Como característica geral do processo avaliativo das produções dos estudantes, os seguintes critérios de avaliação deverão ser observados pelos docentes ao atribuírem notas aos trabalhos:



1. Rigor no uso da língua materna, avaliada pela produção escrita e oral;
2. Correção conceitual;
3. Correção procedimental;
4. Criatividade;
5. Honestidade intelectual;
6. Capacidade adaptativa;
7. Capacidade de comunicação oral;
8. Competências socioemocionais apresentadas;
9. Estrutura argumentativa;
10. Cobertura dos temas propostos em extensão e grau de aprofundamento;
11. Compromisso ético.

Além das avaliações desenvolvidas em cada Atividade de Ensino, o grupo de docentes do Curso se reunirá sempre que necessário, para avaliar o desenvolvimento das Atividades de Ensino e desempenho acadêmico.

Tais avaliações serão adequadas às pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista que estejam matriculados no Curso. Mantendo-se o objetivo da avaliação descrito no início desse item, os docentes irão repensar e modificar as avaliações para atender às características dos estudantes matriculados no Curso, sempre respeitando suas limitações e enfocando suas potencialidades. Tais alterações podem versar sobre a forma de exposição do conhecimento, a realização de momentos individuais de avaliação ou outras estratégias que sejam eficazes e respeitem a individualidade dos acadêmicos.

A mesma ação será tomada em momentos específicos de atividades relacionadas à prática, que se encontra na especificidade desse Curso, será considerada a potencialidade dos acadêmicos, buscando-se alternativas que se adequem às potencialidades do sujeito.

## 6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

### 6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos



indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

## 6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

## 6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o Art. 52. do Estatuto da UFMS o Coordenador de Curso de Graduação será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos e pelos acadêmicos nele matriculados, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser professor, com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou pós-graduação **stricto sensu**, correspondente às finalidades e aos objetivos do Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial de oferecimento do Curso. Como sugestão para uma boa gestão, o professor poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de capacitação para formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Sedfor.

O Coordenador de Curso preside o Colegiado de Curso e é o responsável pelas atividades envolvendo os acadêmicos e os professores que lecionam no Curso. Além do acompanhamento e controle das atividades acadêmicas e administrativas, também exerce o apoio didático-pedagógico junto ao corpo docente por meio das orientações pedagógicas e administrativas, ações organizadas e reuniões do Colegiado de Curso.

As reuniões ordinárias do Colegiado de Curso acontecem preferencialmente uma vez por mês, procurando acompanhar o calendário das reuniões do Conselho de Faculdade da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, havendo reuniões extraordinárias sempre que necessário.

## 6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

AA organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2019. Disponível pelo link: <https://www.ufms.br/manual-de-competencias/>.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de Curso de cada curso de



graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, que é enviada eletronicamente para a Divisão de Controle Escolar (Dice) com a devida emissão do comprovante. A mesma ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada fisicamente para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais; título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

Foi disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito da Faalc o Curso de Audiovisual conta com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, distribuição de disciplina, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

## 6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes/RTR, é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes. Estão vinculadas à Proaes: Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão (CDPI).

A CAE é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Assistência ao Estudante (Diase): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil. Esta divisão estrutura-se em duas seções:

- Seção de Atendimento ao Estudante (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento e orientação aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil.

- Seção de Acompanhamento dos Auxílios (Seaa): é a unidade responsável pelo acompanhamento na execução dos auxílios de assistência estudantil.



- Divisão de Alimentação (Diali): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção a alimentação dos estudantes da UFMS.

- Divisão de Saúde (Disau): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A CDPI é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e estratégias relacionadas às ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Didep): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos a estágio.

- Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS. Esta divisão estrutura-se em três seções:

- Seção de Acessibilidade (Seace): é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS.

- Seção de Ações Afirmativas e Monitoramento de Cotas (Seafi): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam políticas afirmativas na UFMS.

- Seção de Libras (Selib): é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de interpretação em Libras, pela execução e acompanhamento das políticas de acessibilidade para Surdos no âmbito da UFMS.

- Divisão de Integração (DIINT): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária bem como pela articulação com instituições de representação discente visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

Entre os serviços prestados pela Proaes estão os de acessibilidade, auxílio alimentação e Restaurante Universitário (RU), bolsa permanência, bolsas projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, brinquedoteca, programa institucional de nivelamento (Prónível), atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, Incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem, ainda, outras bolsas na UFMS que estimulam a sua participação em ações de ensino, pesquisa e extensão: bolsas de extensão, bolsas meritórias do programa institucional de nivelamento, bolsa de iniciação à docência, bolsas de monitoria de ensino de graduação, programa de educação tutorial, programa de melhoria das condições de estudos e permanência de acadêmicos de graduação e bolsas de iniciação científica.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte/Proece/RTR é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte na Universidade. A Propp, Pró-Reitoria ligada à pesquisa e pós-graduação no âmbito da UFMS, oferece mediante edital anual, vagas aos cursos de pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu** e bolsas de iniciação científica aos acadêmicos que se inscrevem para essa atividade, mediante elaboração de um plano de trabalho vinculado a um projeto de pesquisa coordenado por um docente do Curso.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado a Seção de Psicologia, na Unidade Setorial, ou diretamente à Proaes para o atendimento psicológico e outras providências, como por exemplo, monitorias semanais oferecidas pelos alunos (orientados pelos professores) que se destacam



pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento. O Colegiado de Curso propõe disciplinas optativas com vistas a auxiliar a promover a nivelção em relação a habilidades e conteúdos específicos. Com relação aos alunos portadores de necessidades especiais, o Curso conta com o apoio técnico da Diaaf, de modo a identificar o tipo de deficiência e as estratégias didático-pedagógicas mais indicadas para o auxílio do estudante em cada caso, de modo a promover a sua adequada acolhida ao Curso e o suporte necessário a sua formação acadêmica.

Os estudantes do Curso de Audiovisual participam e estão inseridos nas atividades e centros acadêmicos da Faalc e da UFMS, de modo geral. Com relação aos intercâmbios nacionais e internacionais, os estudantes do Curso se inserirão nos programas previstos e organizados pela instituição, pelas Pró-Reitorias de ensino, pesquisa e extensão, e nos programas de intercâmbio nacionais e internacionais, relativos à pesquisa e ao ensino, liderados ou organizados pelos professores da Faalc.

Com relação ao acompanhamento de egressos, o Curso de Audiovisual se inserirá nos planos e projetos de acompanhamento desenvolvidos e mantidos pela instituição, de modo geral, e pela Faalc, em modo específico.

Tendo como objetivo assegurar e promover a qualidade da formação profissional dos acadêmicos do Curso de Audiovisual, o Colegiado de Curso deve buscar atender o necessário acompanhamento permanente para proceder com os devidos ajustes no Projeto Pedagógico e na Estrutura Curricular do Curso, procurando oferecer condições que proporcionem e torne possível a melhoria do processo ensino/aprendizagem na formação profissional.

Diferentes meios para a apresentação, exibição e divulgação de produções técnicas, artísticas e trabalhos acadêmicos serão estimulados, bem como a apresentação de trabalhos em festivais nacionais e internacionais de Audiovisual e em eventos acadêmicos como o Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine), o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e o Congresso da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom). Com esse objetivo, são ofertadas diversas propostas de participação em atividades que, por meio da descentralização pedagógica e da articulação interdisciplinar, estimulem e fomentem aos acadêmicos à investigação, à iniciação científica e à busca de aperfeiçoamento didático-pedagógico.

## 8. POLÍTICAS

### 8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

### 8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul assegura em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade, como a adequação de espaços físicos (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050), a adequação curricular, o acesso a informações e a formação profissional para atuação nessa área.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, por meio de sua coordenadoria de Desenvolvimento e Inclusão, possui a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf), para cuidar dos interesses dos alunos público-alvo da educação especial, o



que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Diaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Diaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Diaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Diaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no Curso.

Para tornar a UFMS acessível, essa divisão está implementando as mudanças previstas no PDI, conforme os seguintes eixos: Currículo, comunicação e informação; Formação de profissionais; e Infraestrutura.

O acesso aos materiais pedagógicos utilizados pelos alunos do público-alvo da Educação Especial (estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista) pode ser adaptado de acordo com as especificidades do acadêmico, e também das seguintes formas: com impressões em Braille, uso de lupas, uso de audiolivros e interpretação/tradução dos materiais para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estes serviços são prestados pela Diaaf quando solicitados. Em alguns casos de deficiência física os alunos utilizam gravadores e/ou aplicativos para que consigam registrar os conteúdos apresentados oralmente pelos professores em sala de aula.

A política de inclusão da pessoa com deficiência envolve a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição. Cabe-se também esclarecer que a Diaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à Comissão Permanente de Acessibilidade. A equipe da Coordenadoria de Projetos e Obras – CPO/Proadi é responsável pela adequação dos prédios da UFMS.

É pertinente também apresentar as seguintes linhas de atuação realizadas pela UFMS, de forma a propiciar a acessibilidade em seus espaços e serviços:

- Extensão: promove ações de extensão que visem à participação da comunidade;
- Pesquisa: fomenta estudos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada na perspectiva da inclusão.

Dessa forma, a acessibilidade, sendo integrante dos Direitos Humanos, está sendo pensada pela UFMS em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI);



Regimentos Escolares; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) (Resolução nº 1/2012-CNE/CP). Consideramos, ainda, para as ações propostas pelo Curso, as normativas legais provenientes de: Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que Institui a Política Nacional da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, e Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que tratam da Acessibilidade; Resolução nº 1/2012-CNE/CP que Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

### 8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

### 8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A política institucional da UFMS, fundamentada nos requisitos legais e normativos que regem os assuntos mencionados neste subitem, permitirá o desenvolvimento de tais temáticas.

Nesse sentido, o Curso de Audiovisual - Bacharelado adota uma política que envolve a inclusão de disciplinas curriculares específicas, conforme consta na organização curricular do Curso, que em suas ementas, metodologias e estratégias de ensino, incorporam esses aspectos educativos sob uma perspectiva integradora e problematizadora. Além disso, são ofertados conteúdos e perspectivas que contemplam dimensões históricas, sociais e antropológicas da educação das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos, na constituição de atitudes e práticas inclusivas, bem como o fomento de pesquisas e construção de materiais instrucionais, que possam contribuir para a formação de profissionais de Audiovisual capazes de atuar de forma crítica e reflexiva no seu campo de trabalho.

Assim, durante o Curso esses conteúdos são atendidos em diversas disciplinas, de maneira a que esses aspectos educativos se apresentem transversalmente no decorrer do processo de formação profissional dos estudantes.

## 9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 550, de 20 de novembro de 2018, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

O Curso estabelecerá que um dos elementos norteadores da prática é a particularidade (cada grupo tem suas especificidades), por isso a avaliação diagnóstica se faz essencial e ocorrerá no início do semestre.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá: apresentar a solução padrão e respectivos critérios de correção até a próxima aula da disciplina, após cada avaliação; registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias letivos após a sua realização; apresentar ou entregar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o término do período letivo; e após trinta dias do término do



período letivo, as provas poderão ser descartadas pelo professor da disciplina.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e da média de aproveitamento expressa em nota. O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino.

O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deverão ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na turma.

Com relação ao sistema de avaliação previsto no Art. 8 da resolução que aprova as Diretrizes Curriculares do Curso, será feito o acompanhamento de seus egressos, de forma a estimar o potencial de inserção profissional nas distintas áreas de atuação do setor artístico, industrial e cultural. Nas disciplinas com carga horária de prática e nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), os discentes e docentes desenvolverão produtos e obras que poderão ser exibidas em festivais, mostras ou em diversos tipos de mídias.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

## 9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designa uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS) que será composta por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação interna, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 96, Coun, de 28 de Junho de 2019. O mandato de seus membros será de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

O formulário para avaliação encontra-se disponível no Siscad e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos acadêmicos. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da institucional, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desse questionário são coletados e serão utilizados para elaborar os Relatórios de Autoavaliação.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios e analisar estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

## 9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO



Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o instrumento de avaliação, disponibilizado via Siscad, sendo um instrumento sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam a oferta das disciplinas cursadas no semestre, do atendimento oferecido por parte da coordenação e da infraestrutura específica do Curso e um instrumento mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, e atendendo à orientação específica aprovada pelo Conselho de Graduação, por meio da Resolução n.º 565, Coeg/UFMS, de 11 de dezembro de 2015, a participação discente no processo de avaliação, será validada como carga horária para as Atividades Complementares, na forma descrita no regulamento de Atividades Complementares do Curso. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o Curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

#### **9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO**

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

### **10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO**

#### **10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)**

As Atividades Orientadas de Ensino – componente curricular não disciplinar (AOE-ND) regulamentado pela Resolução n.º 594/2022-Cograd – são estudos desenvolvidos dentro dos eixos do Projeto Pedagógico do Curso de Audiovisual, de forma individual ou em grupo, sob a orientação de um docente.

O acadêmico recebe a indicação de leituras e incentivos na produção e desenvolvimento das atividades propostas. Estas atividades compreendem estudos



a partir de bibliografia da área (livros, artigos, vídeos, etc.) que aprofundam o entendimento do estudante de uma subárea da sua área de formação, satisfazendo algum centro de interesse. Em alguns casos específicos, previamente aprovados pelo professor orientador, o acadêmico poderá também, tendo como base a bibliografia proposta, realizar produções audiovisuais.

O orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e tarefas ao estudante, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando dúvidas e orientando a respeito dos procedimentos a serem tomados. Os procedimentos adotados são registrados por meio de Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor orientador deveser indicar ao Colegiado, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos.

## 10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são desenvolvidas no âmbito do Curso de Audiovisual por intermédio de atividades realizadas no ambiente acadêmico ou fora deste, especialmente em meios científicos, profissionais, no mundo do trabalho e artísticos culturais e esportivos, exigindo dos discentes o cumprimento de 82 (oitenta e duas) horas ao longo do Curso.

O objetivo principal das Atividades Complementares é constituir um espaço privilegiado de exercício de autonomia para o estudante compor seu currículo, estimulando, assim, a tomada de decisões próprias no que refere às habilidades e competências específicas que o estudante entenda serem úteis para o seu futuro desempenho profissional. Ainda, as Atividades Complementares visam estimular a participação do estudante em diversas esferas da vida universitária, tais como, pesquisa, extensão, ensino e outras atividades científicas, culturais e artísticas.

Administrativamente, não será exigida a matrícula em “Atividades Complementares”, visto que se trata de uma Componente Curricular não Disciplinar que deve ser cumprida até o último semestre de formação. Têm, então, flexibilidade para ser cumprida no decorrer do Curso, dependendo da disponibilidade de tempo do discente, conforme Resolução nº 106, de 4 de março de 2016, e é um item obrigatório para o cumprimento da carga horária exigida no Projeto Pedagógico do Curso. A Coordenação do Curso indicará um professor para orientar e acompanhar os estudantes ao longo de todo o percurso acadêmico, produzindo levantamentos parciais e semestrais para o monitoramento dessa atividade ao longo de toda a formação. Dessa forma, ao final do Curso não haverá **déficit** de carga horária a ser cumprida, nesta componente, e haverá a consequente aprovação do discente. A definição de quais atividades serão consideradas e suas devidas pontuações podem ser estabelecidas em resolução do Colegiado do Curso de Audiovisual, sendo apresentada ao estudante ao início do Curso de graduação.

## 10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS: O compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com o respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Um pressuposto indispensável para este desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade. Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, o Curso de graduação em Audiovisual - presencial prevê o cumprimento de 270 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS, de forma a estimular a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. As atividades poderão ser desenvolvidas



em projetos e programas de extensão institucionais ao longo do Curso, com ênfase na produção de eventos de audiovisual, como Cineclubes, Festivais, Mostras e Oficinas, bem como em programas que investem na formação, promoção e reflexão sobre o audiovisual.

#### 10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

#### 10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O Projeto Pedagógico do Curso de Audiovisual prevê, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Audiovisual, a caracterização como estágio o trabalho temporário em equipes de produção, e o trabalho regular em empresas e/ou instituições do setor audiovisual.

O estágio Não Obrigatório consiste em estudos e atividades práticas realizadas pelo aluno dentro ou fora da unidade em que o curso é ministrado, sob a orientação de um docente, e que permitem ao discente atuar diretamente no mercado profissional e na iniciação à pesquisa e ao ensino, podendo consistir de: programas especiais de capacitação; monitorias; práticas em laboratórios, além daquelas previstas no currículo regular; atividades de extensão; atividades de pesquisa; trabalho regular em empresas e/ou instituições do setor audiovisual; trabalho temporário em equipes de produção; participação em equipes de projetos, entre outras; intercâmbios universitários; atividades em incubadoras de empresas.

Os estágios voltados para a inserção profissional do aluno devem estar em sintonia com as ênfases ou as especializações oferecidas pelo curso, especialmente aqueles voltados para a produção de obras audiovisuais, possibilitando ao aluno o desempenho de tarefas nas áreas seguintes: direção, captação de imagem ou som, direção de arte, organização e gestão da produção e montagem/edição, e outras atividades previstas na estrutura curricular, e sua carga horária deverá ser contabilizada como "Atividades Complementares".

#### 10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

No Curso o Estágio será uma atividade Não Obrigatória com orientação docente indireta. O Estágio está previsto para ser realizado no quesito Atividades Complementares, que possui carga horária de 102 h/a.

#### 10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A coordenação do Curso de Audiovisual - Bacharelado, com apoio do corpo docente, buscará oportunizar um calendário anual das atividades aos seus acadêmicos, possibilitando que os discentes participem de projetos, pesquisa, ensino e extensão, além de eventos acadêmicos. Para isso, além da participação do corpo docente do próprio Curso de Audiovisual - Bacharelado, sempre que possível, são convidados professores de outros cursos da Faalc, de outros cursos da UFMS e de outras Instituições de Ensino Superior para participarem de atividades programadas, compartilhando conhecimentos e experiências. Dessa forma, os discentes do Curso de Audiovisual - Bacharelado serão estimulados a participar de programas, projetos, atividades de iniciação científica, atividades de extensão, grupos de pesquisa, monitorias voluntárias em disciplinas e projetos de ensino e extensão. Também serão estimulados a participarem de editais internos da UFMS. Além disso, os discentes terão oportunidade de participar das instâncias deliberativas diretamente relacionadas ao Curso, como o Colegiado de Curso, respeitada a normatização feita pelo regimento interno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, podendo ainda, participar de órgãos de representação estudantil, formalmente organizados.

Especial atenção deverá ser dada à participação dos acadêmicos do Curso de Audiovisual - Bacharelado em atividades decorrentes dos Cursos de Mestrado da Faalc (Mestrado em Estudos de Linguagens e em Comunicação) quando da presença de professores de outras instituições em palestras abertas ao



público, ou em bancas de defesa das dissertações de mestrado que estabeleçam relações temáticas com o escopo do Curso.

#### 10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória, no Curso de Audiovisual – Bacharelado, cuja finalidade é estimular a produção audiovisual ou acadêmico-científica, por meio de trabalhos de caráter teórico e/ou prático, oferecendo condições de aferir a capacidade de análise, crítica e desempenho profissional dos alunos dentro das especializações e temáticas relativas ao campo do audiovisual. O TCC deverá avaliar o aluno em sua capacidade de sistematizar e articular os conteúdos desenvolvidos ao longo do Curso.

Devem ser considerados três tipos de TCC que possuirão características distintas:

- produto audiovisual: elaboração de obra audiovisual com desenvolvimento de pré-produção, produção, pós-produção e exibição; feito por equipes de estudantes especializados nas áreas previstas neste PPC, a saber: Direção, Fotografia, Roteiro, Produção, Som, Edição/Montagem, Cenografia e Figurino, Animação e Infografia. A equipe deverá ter quantidade mínima de acadêmicos, restringindo cada função a apenas um componente da equipe, com temática e metodologia prevista em projeto próprio de realização audiovisual. O produto deve ser realizado de acordo com projeto prévio aprovado pelo Colegiado do Curso. Os estudantes deverão apresentar a obra audiovisual concluída e o relatório de atividades contendo os desenvolvimentos específicos de cada função desempenhada por cada um dos estudantes. Casos omissos existentes em projetos especiais, deverão ser analisados e autorizados pelo Colegiado do Curso de Audiovisual.
- evento audiovisual: elaboração de evento, tais como mostras ou festivais de filmes específicos, com a participação de público em sala de cinema, desenvolvido individualmente ou com uma equipe mínima, de acordo com projeto próprio de execução. O produto deve ser realizado de acordo com projeto prévio aprovado pelo Colegiado do Curso. Os estudantes deverão realizar o evento que deverá estar concluído à época da avaliação juntamente com o relatório de atividades contendo os desenvolvimentos específicos de cada função desempenhada por cada um dos estudantes da equipe. Casos omissos existentes em projetos especiais, deverão ser analisados e autorizados pelo Colegiado do Curso de Audiovisual.
- monografia especializada: elaboração de monografia individual sobre tema de pesquisa acadêmica, histórica, sociológica, econômica, metodológica ou tecnológica, realizada individualmente, com tema na área de Audiovisual. A pesquisa monográfica deve ser realizada de acordo com projeto prévio aprovado pelo Colegiado do Curso.

As demais definições e critérios deverão ser definidos em Resolução pelo



Colegiado do Curso de Audiovisual – Bacharelado. O Curso tem um regulamento específico para o Trabalho de Conclusão de Curso.

## 11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, a produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Sead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, **videoaulas**, documentários, podcasts, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

## 12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

Infraestrutura Predial:

- Salas de aula para 30 alunos com **Datashow** instalado, de uso compartilhado com os demais cursos da Faalc;
- Salas para atendimento dos alunos;
- Sala de reunião de professores, uso compartilhado com o Curso de Jornalismo e com a Direção da Faalc;
- Espaço de Trabalho do Coordenador: sala de professor utilizada para atendimento de alunos, e Espaço de trabalho para docentes em tempo integral;
- Biblioteca da UFMS, de uso compartilhado com os demais cursos do câmpus;
- Sala de Almoxarifado para Equipamentos;
- Laboratórios; Estúdio de TV (Laboratório de Edição de Vídeo e Laboratório de Telejornalismo, uso compartilhado com o Curso de Jornalismo - Faalc). Estúdio de Áudio (Laboratório de Radiojornalismo, uso compartilhado com o Curso de Jornalismo; e Laboratório de Áudio, compartilhado com o Curso de Música). 1 Sala com computadores (Laboratório de Redação Jornalística e Laboratório de Ciberjornalismo, uso compartilhado com o Curso de Jornalismo). 1 Sala de Exibição de Cinema Digital (Anfiteatro da Faalc);
- Equipamentos: computadores; equipamentos destinados à iluminação (uso compartilhado com o Curso de Artes Visuais); câmeras de fotografia e acessórios; câmeras de vídeo e acessórios; gravadores de som e acessórios, etc.

## 13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Os discentes contam com laboratório de informática com computadores conectados à **internet**, assim como acesso livre ao Portal de Periódicos da Capes assinado pela UFMS.

Os avanços tecnológicos ao ensino de graduação encontram-se



incorporados no processo pedagógico dos docentes por intermédio da utilização de diferentes ferramentas, dentre elas:

- **Facebook:** utilizado para compartilhamento de vídeos pedagógicos, realização de grupos de debates relacionados a temáticas trabalhadas, assim como para disponibilização de informações relacionadas as disciplinas;
- **Blogger:** utilizado para disponibilização de textos, capítulos de livros, **slides** e demais materiais pedagógicos utilizados nas disciplinas;
- Página de **internet:** utilizada para divulgação de leis, resoluções, projeto pedagógico, normas (de Atividades Complementares, Estágio) e demais documentos;
- **Moodle:** utilizado para disponibilização de materiais pedagógicos, postagem de trabalhos, devolutivas, grupos de discussão e demais atividades relacionadas as disciplinas;
- Equipamentos Audiovisuais: utilizados para os exercícios de realização que ocorrem durante todo o Curso; a complexidade dos equipamentos aumento à medida que o acadêmico avança em suas experimentações.

#### 14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Audiovisual, inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, reforçará o compromisso da UFMS em promover a formação e aperfeiçoamento do capital humano por meio de um ensino público e de qualidade.

Este documento contempla os aspectos julgados relevantes no presente contexto educacional, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais. No entanto, como nenhum projeto é individual, para que as ações e as situações vislumbradas por este PPC tornem-se uma realidade é necessária a mobilização não somente do Curso de Audiovisual, há também as tarefas que cabem à Faalc, à UFMS e ao Governo Federal, sobretudo por meio de ações do MEC e dos órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa. São tarefas como: contratação de docentes e de técnicos administrativos por via de concurso público; construção e manutenção da infraestrutura da universidade; apoio efetivo à melhoria do ensino básico do setor público, para que seus egressos possam cursar uma universidade pública e de qualidade.

Em suma, este projeto apresenta a Identificação do Curso, a fundamentação Legal, a contextualização e a necessidade social do Curso. Apresenta, também, a sua concepção, nas suas dimensões Formativas (técnica, política, desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social) e as estratégias para o desenvolvimento de ações Interdisciplinares, para a Integração das diferentes componentes curriculares, o perfil desejado do egresso, os objetivos, as metodologias de ensino e a avaliação.

Este documento também descreve a administração acadêmica do Curso as atribuições do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, bem como o perfil da coordenação do Curso, a organização acadêmico-administrativa e a atenção aos discentes.

Este Projeto contempla a organização do currículo com suas equivalências e a política de implantação da nova matriz curricular, além de explanar as políticas de capacitação do corpo docente, de inclusão de pessoas com deficiência, de inclusão de cotistas e de atendimento aos requisitos legais e normativos: Relações Étnico-raciais, Direitos Humanos e Educação Ambiental. O Sistema de Avaliação do Processo Formativo, o Sistema de Autoavaliação do Curso, a Participação do Corpo Discente na Avaliação do Curso, o Projeto Institucional de Monitoramento e Avaliação do Curso. As Atividades de Extensão, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso. E, por fim, apresenta o formato



de desenvolvimento de materiais pedagógicos e a Infraestrutura Necessária ao Curso.

## 15. REFERÊNCIAS

- AFONSO, Otávio. **Direito Autoral**: conceitos essenciais. São Paulo: Manole, 2009.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro**. São Paulo. Anna Blume, 1995.
- CAMPO GRANDE. **Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB**. Perfil Socioeconômico de Campo Grande. 23ed. Campo Grande, 2016.
- FORCINE. **Portal do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual**. Disponível em <http://forcine.org.br/site>. Acessado em 13 de junho de 2018.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema**: trajetória no subdesenvolvimento. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GOMES, Márcia; PORTELA, Karoline; CAVALCANTE, Guilherme; SILVA, Júlia. Campo Grande. In: SILVESTRIN, Celsi; NOLL, Gisele; JACKS, Nilda. **Capitais Brasileiras**: dados históricos, demográficos, culturais e midiáticos. Curitiba: Appris, 2016.
- IBGE. **Portal do IBGE**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 10 de setembro de 2015.
- IBGE. **Portal do IBGE**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/>. Acessado em 10 de setembro de 2015.
- RAMOS, F (ORG.). **História do Cinema Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo / Art Editora, 1990.
- ZAVERUCHA, Vera. **Lei do Audiovisual passo a passo**. BSB; RJ, Ministério da Cultura, 1997.

## 16. ANEXOS

## 17. APÊNDICES